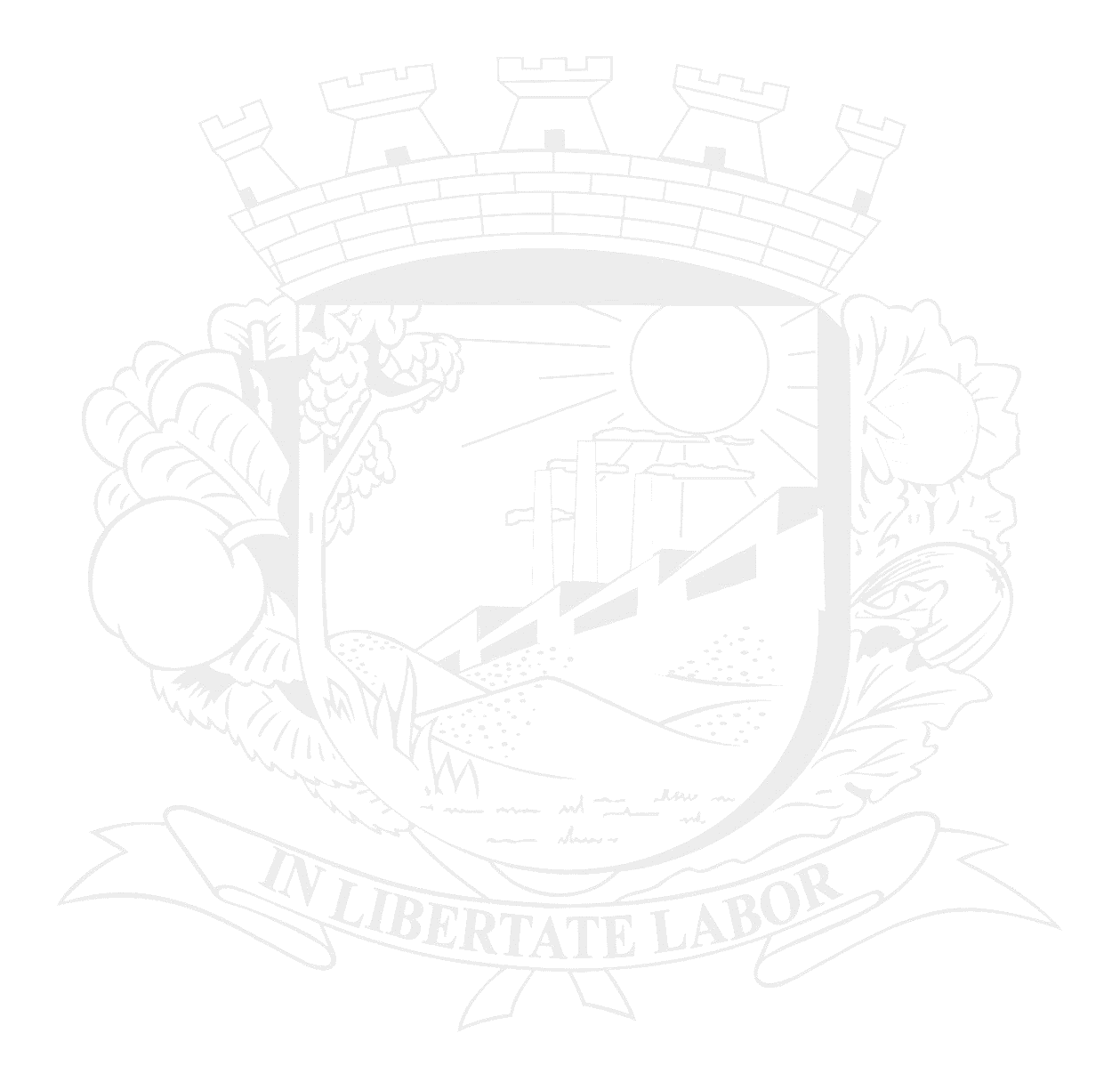
1. **MENSAGEM Nº 53/2023**



**Excelentíssimo Senhor Presidente,**

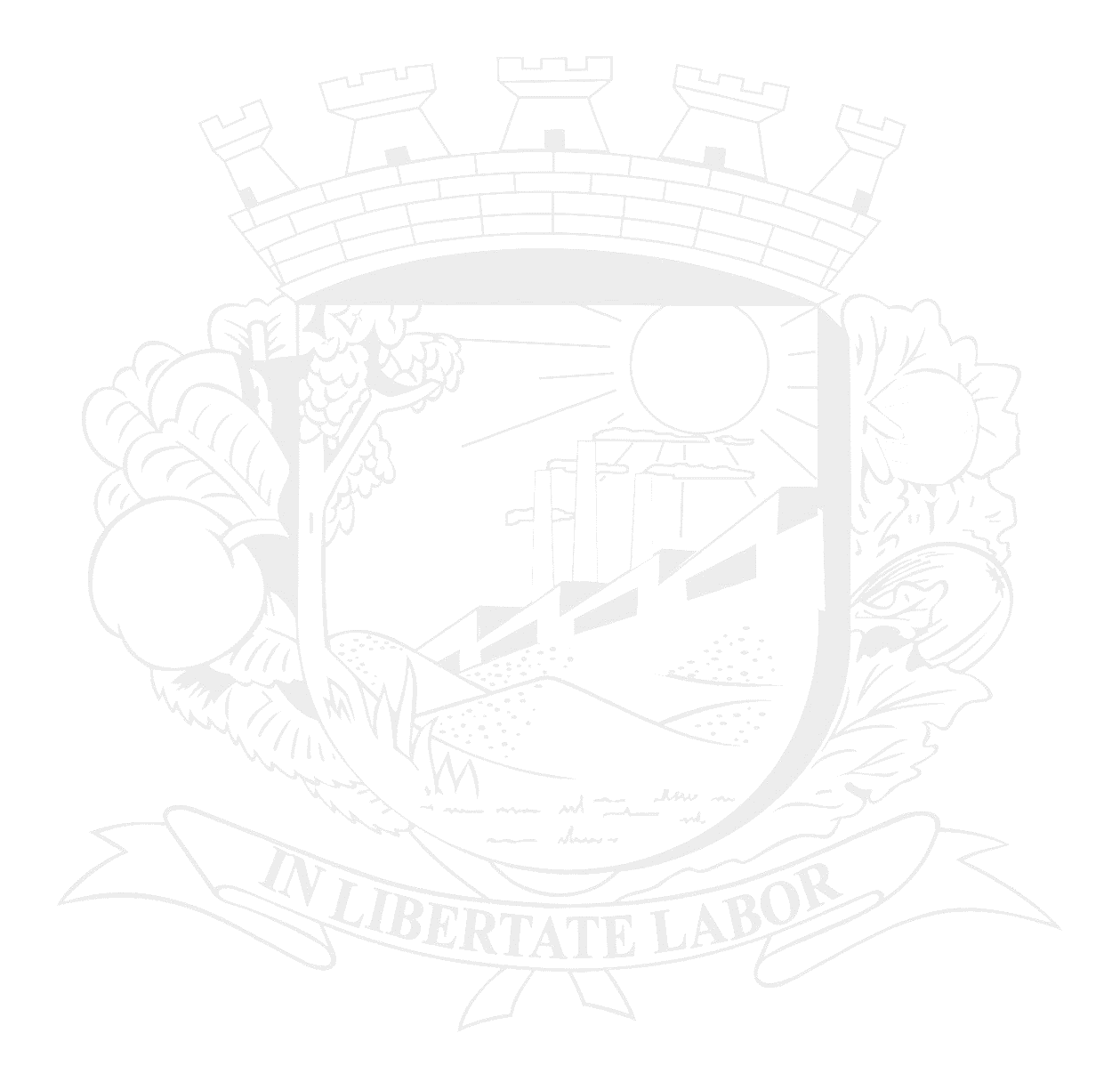
Tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência, para os devidos fins, nos termos do art. 53, inciso III; art. 54, *caput*; e art. 80, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Valinhos, as **RAZÕES DE** **VETO PARCIAL** ao **art. 2º** do **Projeto de Lei nº 108, de 2023**, convertido no Autógrafo nº 111, de 2023, com fundamento nos elementos constantes nos autos do Processo Administrativo Eletrônico n° 20.441/23-PMV e pelas razões que passo a expor.

**I – RAZÕES DE VETO PARCIAL**

O dispositivo vetado, que apresenta a seguinte redação: “Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do dia 05 de setembro de 2023”, causaria danos irreversíveis, pois invalidaria os dias trabalhados desde 05 de setembro, até a data em que a lei fosse publicada, já que determinava essa data como o começo da validade da norma.

Ocorre que, após a aprovação da Câmara Municipal, o Tribunal de Justiça de São Paulo julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2004121-37.2023.8.26.0000, que questionava os cargos em comissão, especialmente dos cargos de segundo escalão hierárquico, na Prefeitura de Valinhos. Contudo, foi modulado os efeitos da decisão proferida no acórdão, cujo trecho transcrevemos:

“...necessidade de o Município reorganizar seus quadros funcionais, sem prejudicar a continuidade do serviço prestado, deve-se modular os efeitos do presente “*decisum*” para que passe a fazer **efeito a partir de 120 dias contados a partir do julgamento da presente ação**, prazo razoável e constantemente adotado por este E. Órgão Especial. …”

-não há grifos no original-

Assim sendo, a modulação dos efeitos da Adin permite que a vigência da norma com o veto apresentado, entre em vigor 45 (quarenta e cinco) dias após a data de sua publicação, nos termos do art. 1º, da LINDB, que estabelece o critério da *vacatio legis* para as leis que não fixarem outro prazo.

A esse dispositivo, deve ser combinado o §1° do art. 8° da Lei Complementar 95/1998:

**Art. 8°** A vigência da lei será indicada de forma expressa e de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento, reservada a cláusula "**entra em vigor na data de sua publicação**" para as leis de pequena repercussão.

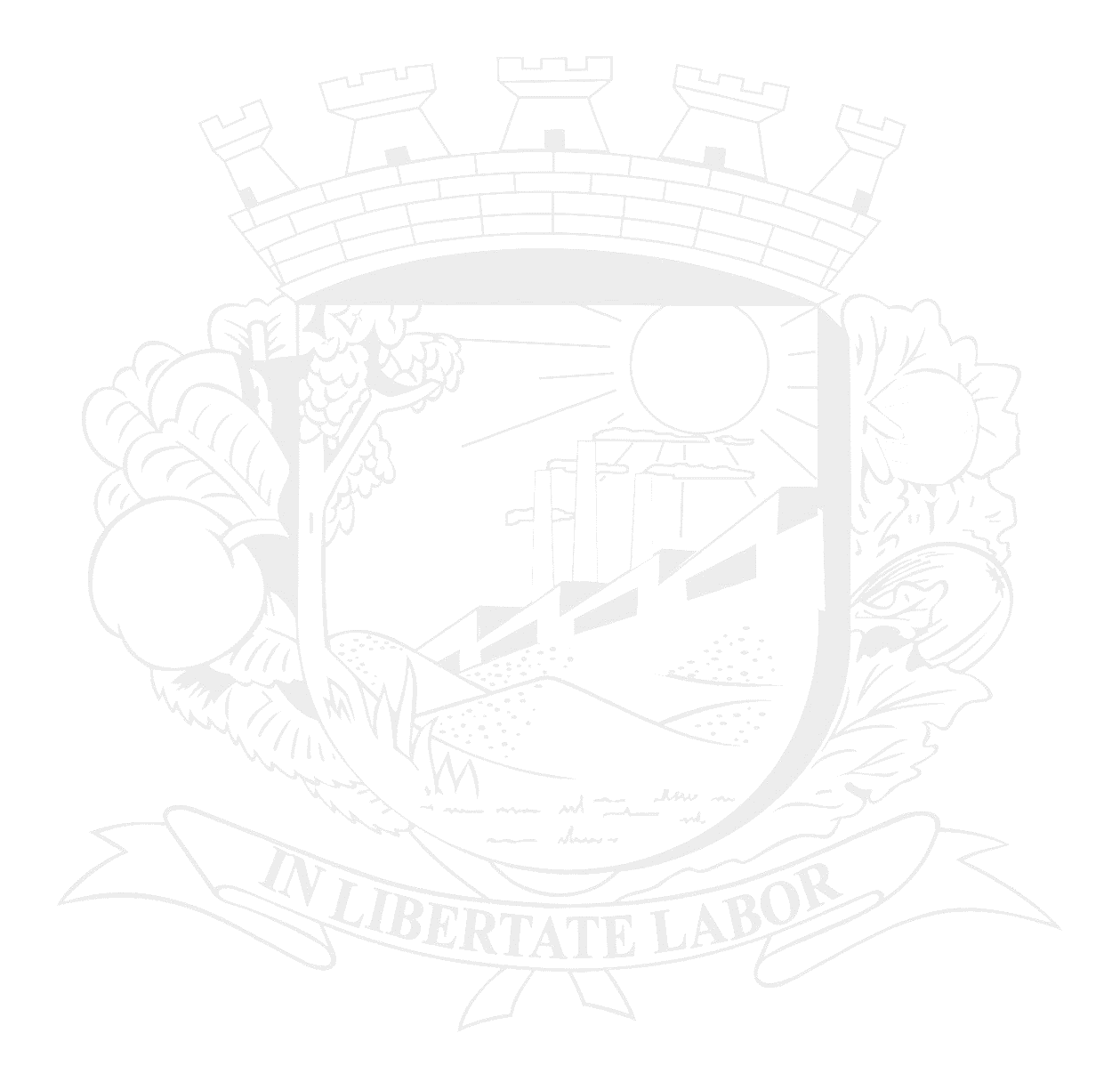
§ 1° A contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral.

-não há grifos no original-

Além disso, a nova redação não retroagirá para atingir os atos jurídicos perfeitos, os direitos adquiridos e as coisas julgadas, respeitando-se assim o art. 5º, XXXVI, da CF e o art. 6º, da LINDB.

Portanto, com o dispositivo vetada, a norma, só entrará em vigor 45 dias depois de sua publicação oficial, conforme o art. 1º da LINDB e o §1° do art. 8° da Lei Complementar 95/1998.

**II - DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essas, Senhor Presidente, são as **RAZÕES** que me levaram a **VETAR PARCIALMENTE em relação ao dispositivo que inicialmente indicamos ao projeto aprovado,** por considerá-lo incompatível com o interesse público, conforme o art. 54 da Lei Orgânica do Município. Essa é a decisão que tomei, e que apresento à apreciação dos nobres Vereadores desta Casa de Leis.

Espero contar com a compreensão dos ilustres Vereadores e reafirmo, nesta oportunidade, os meus votos de elevada estima e respeito.

Valinhos, 25 de setembro de 2023.

**LUCIMARA ROSSI DE GODOY**

**Prefeita Municipal**

**AO**

Excelentíssimo Senhor,

**SIDMAR RODRIGO TOLOI**

Presidente da Egrégia Câmara Municipal

**Valinhos/SP**